

O Plano Diretor como Instrumento de Planejamento e Desenvolvimento do Turismo no Município de Santa Maria-RS.

Gisele Martins Guimarães¹
Paulo Roberto C. da Silveira²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA- da Cidade de Santa Maria –RS, (elaborado a partir de 2001, tendo sido concluído no ano de 2005, e recentemente aprovado pela câmara Municipal de Vereadores).

Demonstra-se como se pode superar os tradicionais enfoques do Turismo como exploração de características ambientais, culturais e relativas ao patrimônio Páleo-arqueológico desintegradamente. Conclui-se com um conjunto de hipóteses sobre o modo de repensar o conceito de atração turística e a valorização do produto artesanal como forma de tornar a riqueza da cultura alimentar como importante complemento aos demais apelos turísticos. Neste sentido, manifesta-se a insuficiência das divisões analíticas dos diferentes tipos de turismo, onde o ecológico, o científico e o cultural são componentes de um mesmo pensar e sentir a atividade turística, sendo a política proposta pelo PDDUA comprometida com sua total integração.

Palavras-chave : Plano Diretor Urbano e Ambiental, Turismo rural Integrado, Produção Artesanal de Alimentos

Abstract

The Master Plan as an Instrument for Planning and Development of the Tourism in Santa Maria – RS – Brazil.

The purpose of this work is to present the results of the elaboration of the Master Plan for Environmental Urban Development in Santa Maria – RS – Brazil (which was elaborated between 2001 and 2005, and it has been approved recently by the City Council).

It is demonstrated how we can surpass disintegratively the traditional approaches of the Tourism directed to the exploitation of environmental and cultural characteristics and related to the Paleo-archaeological patrimony. It is concluded with a set of hypotheses about the way to rethink about the concept of touristic attraction and the valuation of the artisanal product as a way to make the rich alimentary culture to complement other touristic appeals. In this direction it is revealed the insufficiency of the analytical divisions of the different types of tourism, where the ecological one, scientific and the cultural one are components of the same thought and feeling related to touristic activities. Thus, the policy proposed by the Master Plan for Environmental Urban Development is committed to total tourism integration.

Keywords: Environmental and Urban Master Plan, Integrated Tourism, Sustainable Development

¹ Zootecnista, Msc. Mestre Extensão Rural, Profª Substituta do DEAER/UFSM, giseleguima@yahoo.com.br.

² Zootecnista, Msc. Mestre Extensão Rural, Prof. Assistente do DEAER/UFSM, Doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas-UFSC, prcs1064@yahoo.com.br.

1- Introdução

O Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257/01 marco importante para a regulamentação da função sócio-ambiental das cidades e das propriedades rurais e urbanas, consolida o Plano Diretor como instrumento básico de construção política para desenvolvimento dos municípios.

Segundo Nakano (2004), a exigência do Estatuto da Cidade, de englobar toda a área do Município nas diretrizes do Plano Diretor, é bastante coerente do ponto de vista da regulação e ocupação do uso do solo, dada à dinâmica de crescimento horizontal das Cidades, que ocorre convertendo as terras rurais em urbanas e principalmente ameaçando os patrimônios, natural e paleontológico, que como veremos no presente trabalho, são bastante expressivos no Município de Santa Maria.

E é nesse sentido que a intervenção institucionalizada faz-se necessária: a regulamentação, incentivos e uso de políticas adequadas para uma ocupação mais sustentável e articulada de áreas com potencial turístico e educacional presentes na Cidade (Patrimônio paleontológico, natural e educacional)

Assim, este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o processo de elaboração do novo Plano Diretor Urbano Ambiental da Cidade de Santa Maria, e sua importância como instrumento de planejamento e suporte para o desenvolvimento do potencial turístico da Cidade de Santa Maria..

2- Breve Histórico do Plano Diretor Urbano Ambiental de Santa Maria.

O Processo para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA, do município de Santa Maria teve início em 2001. Este processo foi conduzido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Município de Planejamento, com a participação e suporte do Conselho Geral do Processo de Construção do PDDUA³, fórum que busca sintetizar todos os aspectos referentes ao planejamento da Cidade.

Neste percurso, realizaram-se múltiplas oficinas participativas, consultas a distintas entidades, audiências públicas, nos Bairros da Cidade e Distritos Rurais, debates na Câmara Municipal de Vereadores, divulgação na mídia e outras modalidades de comunicação pública.

Desta forma o Plano Diretor, de forma participativa, definiu as estratégias que guiarão as decisões do poder público, o setor privado e a própria comunidade de quando e como deverão intervir na Cidade e no meio rural. Todo o enfoque conceitual e coordenação metodológica ficou ao encargo da Fundação CEPA (Centro de Estudos e Projetos Ambientais)⁴, consultoria contratada para elaboração técnica do plano.

O estudo⁵, segundo suas especificidades, regionalidades, área de enfoque e ainda resultados ou conclusões, foi realizado respeitando um fluxo metodológico geral, o que segue:

1ª Etapa: Realização de diagnóstico

Fase inicial responsável pelo levantamento de todas as informações relevantes para as reflexões do Plano Diretor quanto a Cidade que hoje temos e a Cidade que desejamos.

³ O Conselho Geral do Processo de Construção do PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental) é constituído por órgãos de governo (Gabinete, Procuradoria, SGG, SEPLAN, SGA, SECOM, SMDR, SMICT, SMVT, SMF, CORSAN, Subprefeituras, órgãos de governo Estadual e Federal, Forças militares), Regiões de Planejamento (Interior, Regiões Norte, ferroviária, sul, leste, Centro Oeste, Centro, Centro Leste, Oeste 1 e Oeste 2) e ainda Câmaras, Entidades e Instituições (Câmara de Vereadores, UAC, CACISM, CUT, 28 Conselhos, UFSM/UNIFRA/ULBRA/FAMES/FADISMAQ/SEASM/IAB/OAB/SINDUSCON/CREA/COOESPERANÇA/ SINDICATOS/Movimentos/Fórum de Entidades/Comunicação/SECIVI)

⁴ Fundação CEPA

⁵ O resultado deste Estudo compreende uma série de mapas temáticos e reflexões realizadas segundo coordenação metodológica da Fundação CEPA que podem ser conferidos no Escritório da Cidade, junto a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Aqui foi realizada a caracterização do Município (rural, urbano e ainda áreas de transição entre esses dois), sendo assim possível desenhar os conflitos e oportunidades das faces e interfaces existentes.

2ª Etapa: Levantamento das Idéias-Força

Após o diagnóstico e caracterização do Município, foram elencados os principais conflitos e oportunidades gerados no espaço da Cidade. Assim se desenharam as principais necessidades, tanto de reparo, ou estancamento de situações ameaçadoras à sustentabilidade da Cidade, como de maximização das oportunidades por ela oferecidas.

Desta forma, o trabalho elegeu 8 Idéias-força, que foram agrupadas em três escalas: as três primeiras na escala estadual, as três seguintes na escala micro regional, a sétima na escala urbana e por fim a oitava que trata de questões de gestão e sistemas de planejamento.

Escala	Nº	Idéia-força	Objetivo
Estadual	1	Corredor Santa Maria/Porto Alegre	Oportunidade de desenvolvimento
	2	Portal Sul da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Oportunidade Turística e científica
	3	Parque Paleontológico do Brasil	Oportunidade Turística e Científica
Microregional	4	Região Centro, pioneira no desenvolvimento integrado.	Oportunidade de articulação regional
	5	Centro do Saber	Articulando as iniciativas de desenvolvimento e pesquisa baseadas nos saberes regionais.
	6	Morar no meio rural	Estimular a atividade produtiva e melhorar as condições de vida da população
Urbana	8	Cidade Linear Leste-Oeste	Oportunidade ambiental e de desenvolvimento urbano
Municipal	9	Escritório da Cidade	Oportunidade de produção acordada da Cidade

3ª Etapa: Elaboração das Estratégias de ação

Segundo o Estatuto da Cidade e a Agenda 21, o Plano Diretor deve organizar as informações e planejar sua implementação. Assim como estratégia de ação foram elaboradas, nesta etapa, as políticas que consensuam a execução do Plano independente do partido político no poder em cada momento ou ainda interesses privados. Estas políticas são representadas pela elaboração de Programas e Projetos, compreendidos pelos planos de ação municipal.

O PDDUA apresenta então, um amplo conjunto de 7 políticas, que compreendem 15 programas e 64 projetos. Todos definidos de forma participativa nas oficinas do Plano Diretor e aperfeiçoados em mais de 130 reuniões realizadas em bairros, distritos e entidades.

Esse amplo sistema de propostas engloba todas as dimensões do desenvolvimento sustentável urbano ambiental e marca as políticas de curto, médio e longo prazo para o Município.

3- Projetando o futuro: o Lugar do Turismo segundo o PDDUA

A concepção de planejamento de uma cidade sustentável norteou todo o processo de elaboração do PDDUA, entendendo necessário para a implementação do Turismo uma (re) ordenação do uso e ocupação do solo no sentido de planejar e assegurar sua sustentabilidade.

O diagnóstico levantado pelo referido trabalho, indica muito bem a situação de destaque da Cidade tanto na área do saber ou científico, como ainda na exuberante presença de patrimônio cultural e ambiental. E esse é nosso foco principal: Santa Maria como centro para o desenvolvimento do Turismo. Essa constatação está muito bem explorada por três, das oito idéias-força que norteiam o Plano:

1-Santa Maria como Portal Sul da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;

2-Santa Maria como Parque Paleontológico do Brasil.

3-Morar no meio rural

Idéia-força nº 2: Portal Sul da Reserva da Biosfera

O Brasil possui reservas da Biosfera em cinco Biomas, sendo declaradas as da Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga , Cerrado e Pantanal. O Bioma da Mata Atlântica, tombado em nível Estadual em 1992 e reconhecido pela Unesco em 1994, tem limites na Região centro do Estado do Rio Grande do Sul, em particular no município de Santa Maria, que se constitui praticamente no portal sudoeste da Mata Atlântica, situação esta utilizada no desenvolvimento da região da IV Colônia Italiana (próxima a Santa Maria). Este atrativo pode e deve ser utilizado como oportunidade cultural, científica e turística.

O que se prediz é Santa Maria como principal fonte de serviços e equipamentos para todos os municípios vizinhos que também fazem parte deste grande portal, e que, portanto podem integrar-se em um planejamento para um manejo adequado da Reserva da Biosfera e maximização de suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo.

Idéia-força nº 3: Parque Paleontológico do Brasil

A região de Santa Maria está localizada numa das áreas de patrimônio paleontológico mais reconhecido do Brasil. Mais precisamente no rebordo da serra, entre o planalto (norte) e a depressão (sul), que ofereceram, a milhões de anos, habitat propício para o desenvolvimento de espécies pré-históricas.

A presença desses elementos na área municipal e as vantagens estruturais que a Cidade oferece como presença de Universidades, grande rede de ensino e ainda existência de boa rede hoteleira, fazem com que Santa Maria possa assumir a responsabilidade de promover o esforço da preservação e pesquisa desses valorosos bens.

Neste sentido, a idéia-força nº 3 permite a Santa Maria aspirar a constituir-se como sede de Instituto de Pesquisa e Eventos de destaque na área paleontológica e ainda prevê projetos que visem minimizar os impactos que as obras de infraestrutura e de construção geral, exercem sobre estes sítios.

Idéia-força nº 6: Morar no meio rural

Santa Maria possui 9 distritos rurais, ricos em diversidade tanto natural (produção e “recorte” ambiental) quanto cultural (diversidade de etnias, com hábitos e costumes característicos), que podem potencializar os valores da Cidade como um todo.

Pretende-se aqui evitar a tradicional dissociação “campo / cidade” que produz graves seqüelas negativas como êxodo rural, abandono das práticas agrícolas tradicionais, empobrecimento dos ecossistemas naturais e tantos outros que enfraquecem a identidade do homem rural e sua função sócio-econômica no contexto da Cidade.

Vale ressaltar que incluir o manejo e planejamento dessas áreas no Plano Diretor é inovador e inteiramente justificável quando o ambiente rural passa a ser parte do grande espaço planejável que é o ambiente urbano.

4- Construindo as condições para o desenvolvimento do turismo: Das Potencialidades a sua exploração

É muito comum a afirmação de que as potencialidades turísticas de um município ou região são muitas, mas estas não se transformam em desenvolvimento de um polo turístico. Uma das causas prováveis é a exploração desordenada deste potencial, a ausência de um planejamento que concretize em políticas, programas e projetos o caminho efetivo que dará sustentabilidade ao Turismo como alternativa de desenvolvimento. Pode-se observar que os programas destinados ao estímulo da atividade turística partem do levantamento de potencialidades e, para sua exploração, necessita-se de um mapeamento destas, a definição de estratégias de atração ao público, além da infra-estrutura necessária para contemplar os anseios do turista.

Neste sentido, o PDDUA também apontou potencialidades turísticas para Santa Maria e região, mas sua contribuição maior foi de estimular os técnicos da área de planejamento, as diversas entidades envolvidas em sua construção e os políticos do município a pensar a cidade em sua totalidade, como processo de artificialização do espaço geográfico e dentro desta macro-análise, o Turismo como atividade econômica, inherentemente ambiental e cultural.

Ao definir quais políticas, programas e projetos são necessários para passar das potencialidades às ações, o PDDUA orienta o rumo que o Turismo deve seguir. Na etapa de diagnóstico, aparece a potencialidade ambiental, relacionada com as características do meio natural e sua inclusão na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a potencialidade fóssil, relacionada com a presença de sítios arqueológicos e paleontológicos e a potencialidade cultural, relacionada com as diferentes etnias que povoaram o município e com a produção artesanal de alimentos, o que vincula Santa Maria com a Quarta Colônia de Imigração Italiana, micro-região já com um tradicional apelo ao Turismo gastronômico e a valorização dos produtos ditos coloniais.

Antes de buscar mostrar a coerência entre os diferentes projetos e programas para a exploração das potencialidades turísticas, precisa-se abordar uma questão relevante. A separação entre Turismo urbano e rural perde sentido se avaliarmos que as três potencialidades elencadas ultrapassam uma divisão territorial, pois tratam-se de áreas responsáveis pelo imbricamento, cada vez mais intenso do urbano e rural legais.

Caso típico é o avanço do urbano pela ocupação desordenada das áreas da periferia, altamente sensíveis aos impactos ambientais da ação antrópica. Tal ocupação se reflete sobre a preservação dos recursos naturais do entorno da sede do município, incidindo sobre problemas ambientais que afetam o espaço rural, já que assumem um caráter sistêmico. Por outro lado, temos as atividades tipicamente rurais (atividades agrícolas) sendo cada vez mais freqüentes no meio urbano, levando a tensionamentos entre os diferentes atores que interagem neste espaço peri-urbano ou rurbano e criando situações que ameaçam a qualidade de vida da população.

Do mesmo modo, precisa-se considerar que o impacto de uma agricultura intensiva no uso de insumos químicos que poluem solos e recursos hídricos, bem como ameaçam a qualidade dos alimentos, não só atinge o meio urbano como se põe como aspecto negativo para um Turismo no rural, pois impede o apelo a alimentos limpos, fundamental numa estratégia de valorização da área de alimentos.

A atividade Turística relacionada às potencialidades elencadas, não podem ser confinadas ao rural, mas, ao contrário, deve-se integrar a exploração dos espaços rural e urbano como alternativa de intensificação e diversificação da oferta de atrações. Seria contraproducente, pensarmos todo um conjunto de estratégias de atração do público somente em torno de espaços ou eventos rurais ou buscar constituir uma infra-estrutura específica ao rural. E, de fundamental importância, seria ir além do PDDUA, conectando os diferentes programas e projetos, que ainda apresentam-se fragmentados. Tal situação pode favorecer a captação de recursos, mas obstaculiza o pensar integrado e a potencialização das inter-faces entre os diferentes tipos, normalmente abordados isoladamente também na literatura.

Assim, o PDDUA aponta políticas que buscam gerir o território municipal, contemplando os espaços urbanos e rurais e enfocando os processos que agem sobre sua preservação e exploração, visando a co-gestão das atividades econômicas com o patrimônio ambiental e cultural.

Como resultado do diagnóstico, na elaboração de estratégias de ação diferencia-se três tipos de Turismo:

Turismo Ecológico: No PDDUA é visto como a oportunidade de convivência com as estratégias de preservação e exploração das paisagens e espaços naturais, sendo estas as garantias de uma atividade sustentável.

Turismo científico: Sobre esta denominação engloba-se as atividades relacionadas com as descobertas da ciência e o trabalho realizado por suas instituições na área da Arqueologia e Paleontologia, devido a presença de fósseis na região.

Turismo cultural- Não entendendo cultura como manifestação artística, mas como valorização de um patrimônio sócio-cultural formado pelas práticas de produção artesanal herdadas de gerações passadas.

5- Planejando o Desenvolvimento Turístico

O PDDUA elenca uma série de programas e projetos que deveriam ser implementados para tornar o Turismo uma atividade capaz de agregar renda e desencadear um processo de desenvolvimento municipal. Brevemente, apresentamos os Programas voltados ao Turismo Ecológico, Científico e Cultural, mas de forma integrada, evitando uma separação que obstaculiza o pensar de uma política comum.

Para estabelecer as bases para a viabilização de um tipo de Turismo, caracterizado como eco-turismo, parte-se da valorização da característica de Santa Maria como Portal sul da reserva da biosfera da Mata Atlântica. Assim, torna-se fundamental estabelecer uma “Política municipal de manejo sustentável da área de influência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”, já que precisa-se evitar a degradação e perda de um patrimônio natural e projetar a gestão da inserção rural-urbano. Para dar consecução a esta política, propõe-se um programa de desenvolvimento agro-florestal, Programa de Desenvolvimento Ecoturístico e Programa de Educação Ambiental.

Em linhas gerais, a lógica do programa de desenvolvimento agro-florestal é a criação de um cinturão verde que contenha a expansão desordenada do núcleo urbano e permita o diálogo entre o manejo sustentado dos recursos naturais e formas de exploração do espaço compatíveis com a geração de trabalho e renda. Objetiva-se a preservação da paisagem e a redução da poluição dos recursos hídricos, já que a produção florestal é uma produção mais limpa que a agricultura intensiva no padrão químico-mecânico; o enfrentamento da degradação do solo, implementando ações de gestão ambiental baseada no uso sustentável e a proteção da Biodiversidade, evitando o desmatamento indiscriminado e sem controle, brechando alterações do micro-clima e a preservação de ambientes naturais de apelo a visitação turística.

Como se percebe articula-se o estímulo a atividade econômica relacionada ao fortalecimento de um pólo madeireiro com a racionalização do uso do espaço rural, tendo como preocupação a produção de alimentos limpos, o que dialoga com o Turismo cultural. Para a viabilização deste programa propõe-se dois projetos integrados: Zoneamento ecológico-econômico- ZEE- e manejo Sustentável dos recursos naturais e o Pólo madeireiro industrial. Assim, orienta-se o desenvolvimento agro-florestal, articulando a produção florestal, indústria e atividade turística.

Para tanto, sugere-se,

“Implementar o ZEE, com a definição dos limites da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Município de Santa Maria, em escala adequada, observando as zonas a serem recuperadas, preservadas, conservadas e as de uso e ocupação sustentável dos Recursos Naturais, estabelecendo critérios de uso e ocupação da terra bem como a implementação do manejo sustentável da área”(Mensagem retificativa encaminhada a Câmara de Vereadores, anexo G do PDDUA, p.49).

O programa de educação ambiental vem dar consequência a este a zoneamento, já que visa constituir uma estratégia comunicativa com a população sobre a valorização deste patrimônio natural, a compreensão adequada da legislação ambiental e a introdução de novas práticas de manejo dos recursos naturais.

O programa de Desenvolvimento ecoturístico,

“ consiste no desenvolvimento de políticas voltadas para o desenvolvimento do Ecoturismo no município de Santa Maria e sua região de influência - municípios vizinhos, tendo por foco a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA e os Sítios Paleontológicos existentes. O programa incorpora políticas relacionadas a implantação de projetos com ênfase à pesquisa científica, práticas de educação

ambiental, uso recreativo ecológico-cultural e, proteção e controle do patrimônio ambiental e cultural do município e região” (Mensagem retificativa encaminhada a Câmara de Vereadores, anexo G do PDDUA, p.54) .

Percebe-se, claramente, a imbricação entre o Turismo Ecológico(eco-turismo), o Turismo Científico e o Turismo Cultural. Neste sentido, temos uma série de projetos que co-relacionados dão consequência ao desenvolvimento turístico: Trem turístico, Circuitos turísticos na mata atlântica, Capacitação para empreendimentos turísticos, Projeto Zoneamento dos Sítios Paleontológicos e Arqueológicos, Projeto acordo intermunicipal para divulgação e preservação conjunta e coordenada do Patrimônio Paleo-arqueológico; Projeto circuitos turísticos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Projeto Parque Paleontológico do Brasil.

Tais projetos cumprem um objetivo de viabilizar infra-estrutura e articular um conjunto de ações para constituir um pólo turístico em Santa Maria e região. Pretende-se, aqui , explorar o potencial da “Política de manejo do ambiente rural municipal” como fator integrador e potencializador do turismo rural, enfocando a relação entre produção de alimentos limpos e preservação dos espaços rurais.

6- A Produção artesanal de alimentos – atração turística e fator de proteção do ambiente rural

Se argumentamos em prol da superação entre turismo rural e urbano ao planejarmos o desenvolvimento turístico, coerentemente propomos que a produção artesanal de alimentos, de inegável potencial de atração ao turista que visita a região seja considerada em três dimensões: como apelo ao turista que visita o rural, como representação da cultura local materializada na possibilidade de consumo no meio urbano e como forma de preservação dos recursos naturais se articulada com a orientação de uma produção mais limpa.

Quanto ao potencial da produção artesanal de alimentos como fator de atração turística no espaço rural, vários autores tem argumentado neste sentido como Mariot (2002), Prezotto (2000). Também em documentos oficiais afirma-se que,

“As atividades relacionadas ao turismo nas áreas rurais permitem a dinamização econômica das comunidades de agricultores familiares tradicionais. Oferecem também um produto turístico próprio, com marcas locais diferenciadas que destacam e valorizam a cultura e o modo de vida peculiar de cada região do Brasil”(MDA, 2004).

Tal potencial deve-se ao apelo que estes produtos teriam diante da expectativa do turista rural, caracterizado como:

“Pessoas cansadas da despersonalização das grandes cidades e que buscam nos ambientes rurais um modo de vida mais autêntico. O excesso de paisagens construídas das metrópoles leva a uma busca pela paisagem natural. A mesmice dos produtos padronizados dá lugar a uma busca de produtos com identidade própria, com vínculos locais. Consumidores cansados com o desencantamento das ofertas tradicionais buscam produtos que remetam ao lúdico, que tenham a capacidade de fazer sonhar. Paralelamente a ânsia pelo novo há uma nostalgia do passado”. (Alves, 2004, p.20)

Esta produção diferenciada deve estar relacionada com uma estratégia de preservação dos recursos naturais, pois a paisagem natural e os espaços de contato com a natureza em estágio de menor artificialização é outro fator importante para atração dos turistas ao rural. Torna-se necessário que esta produção artesanal esteja associada com a ecologização dos processos produtivos como estratégia de proteção dos ecossistemas. Tais processos baseados na reconstituição dos ecossistemas, através dos conhecimentos da agroecologia, podem

fornecer alimentos mais limpos, significando um diferencial para os produtos da agroindústria artesanal, implicando em um avanço no sentido da qualidade ampla⁶.

Tais produtos mais limpos resultam em proteção da saúde do consumidor e permite estabelecer um nicho de mercado que pode transcender ao turismo rural, chegando aos turistas que vistam o meio urbano de Santa Maria, através de pontos especiais de venda (feiras, terminais de comercialização, sacolões populares como prevê os programas direto do campo e de abastecimento popular do PDDUA) e transcendem a própria relação com o turismo, potencializando o alcance a maiores espaços de comercialização.

Assim a produção artesanal de alimentos comprometida com a qualidade ampla se constitui num elemento integrado e integrador das políticas de desenvolvimento turístico para Santa Maria e região. Considera-se que do consumo pode-se alcançar a valorização das paisagens naturais e dos ambientes rurais, mas que espaço de produção como espaço de vida.

7- Referências Bibliográficas

- ALVES, H. F. I. Turismo e Desenvolvimento – A dimensão cultural. Santa Maria: CPGExR/ UFSM. Dissertação de Mestrado. 2004
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. 2004.
- MARIOT, E. J. Produtos Agroalimentares Típicos (Coloniais): situação e perspectivas de Valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil. Vila Real: Março de 2002. Dissertação (Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade de Santiago de Compostela.
- NAKANO, K. O plano diretor e as zonas rurais. Em: SANTORO, P. e PINHEIRO, E. (Orgs.). O Planejamento do município e o território rural, São Paulo, Instituto Pólis, junho de 2004.
- PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: Referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. Colóquio Internacional sobre Transformações Territoriais, 3, 2000. Anais... Florianópolis: UFSC, 2000.
- SILVEIRA, P. R. C. da. & HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos, I Seminário sobre agroindústria familiar e desenvolvimento rural, São Luis Gonzaga-RS, UERGS-Anais em CD-ROOM, novembro de 2005.
- SILVEIRA, P. R. C. da. & ZIMERMANN, S. A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar, em: FROELICH, M. & DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**, Ijuí, ed.UNIJUÍ, Relatórios de Pesquisa, 2004.

⁶ Para Prezotto(2002), a qualidade ampla envolve o aspecto nutricional, organoléptico, ecológico, social, cultural e aparência do produto que atende ao imaginário do produtor. Ver também Silveira & Zermann (2004) e Silveira e Heinz(2005).

